

PALACETES EM LISBOA ENTRE O SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX – ÂMBITO E CONTEXTOS SOCIAIS, CULTURAIS E ARTÍSTICOS

“PALACETES” IN LISBON BETWEEN THE 19TH CENTURY AND THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY – SCOPE AND SOCIAL, CULTURAL AND ARTISTIC CONTEXTS

Margarida Elias

Instituto de História da Arte (FCSH-UNL)

margaridaelias@fcs.unl.pt – ORCID | 0000-0001-6500-4481

RESUMO

No presente artigo pretendemos problematizar a designação palacete, tipologia de edifício geralmente definido como palácio pequeno, associado à ascensão e nobilitação da burguesia no século XIX. Muito embora esta questão já tenha sido abordada por diversos historiadores de arte (França, 1990; Silva, 1997; Leal, 2005; Carita, 2017) constata-se que, ao desejarmos clarificar os parâmetros de identificação deste tipo de edifícios, quando aplicados à realidade do edificado, há diversas flutuações. Pretendemos, deste modo, historiar a evolução do uso da palavra palacete, associando-o a um trabalho sistemático sobre fontes epocais que até ao presente nunca foi realizado. No ponto subsequente, procuraremos identificar os edifícios que assim têm sido denominados, a cronologia da sua construção e caracterizar os seus proprietários. Depois da realização deste inventário alargado e crítico, voltaremos à designação de palacete que deverá albergar diversos subtipos.

PALAVRAS CHAVE

Burguesia | Nobreza | Palacete | Palácio | Casa

ABSTRACT

In this article we intend to analyse the definition of “palacete”, a typology of building generally defined as a small palace, associated with the rise and ennobling of the bourgeoisie in the 19th century. Although this issue has already been addressed by several art historians (França, 1990; Silva, 1997; Leal, 2005; Carita, 2017) it appears that, when we wish to clarify the identification parameters of this type of buildings, and when applied to the building reality, there are several fluctuations. This way, we propose to study the evolution of the word “palacete”, associating it with a systematic work on epochal sources that has never been carried out until today. Afterwards, we will try to identify the buildings that have been so called, the chronology of their construction and characterize their owners. After carrying out this extensive and critical inventory, we will return to the designation of “palacete” that should have several subtypes.

KEYWORDS

Bourgeoisie | Nobility | “Palacete” | Palace | House

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contribuir para a definição do que é um palacete, palavra utilizada para designar certos tipos de casas unifamiliares, construídas sobretudo ao longo do século XIX. A definição comum de palacete é, como veremos, de palácio pequeno, mas esta interpretação não é operativa em face da complexidade que o problema apresenta a um investigador que o pretenda aprofundar. De facto, e centrando-nos apenas em Lisboa, que escolhemos como área geográfica neste estudo, constatámos que os edifícios considerados como palacetes recuam ao final do século XVIII e ultrapassam o século XIX, estando ligados ao período de ascensão e nobilitação da alta burguesia. As características arquitetónicas alteram-se ao longo desse período cronológico, sendo interessante verificar que um mesmo edifício pode ser considerado como palácio ou palacete (ou simplesmente casa), consoante as fontes que se utilizam.

Entre a bibliografia que utilizámos para o presente texto, há alguns artigos e trabalhos de investigação que tiveram um maior peso na sua elaboração, e que devem ser desde já nomeados. Um dos primeiros historiadores de arte que estudou a questão dos palacetes foi José-Augusto França, na obra em dois volumes *A arte em Portugal no século XIX*, que utilizamos na edição de 1990 (1.ª ed. 1967). É especialmente no primeiro volume que trabalha sobre este assunto, sendo o seu texto ainda hoje uma base incontornável para abordarmos o tema, quer em termos de teóricos, quer

no que respeita ao levantamento de casos, não só em Lisboa como noutras cidades portuguesas.

Depois de José-Augusto França, houve outros historiadores de arte que trabalharam sobre palacetes, sendo de grande relevância a tese de Doutoramento de Raquel Henriques da Silva, *Lisboa romântica, urbanismo e arquitetura, 1777-1874* (1997), onde esta historiadora estudou muitos dos edifícios que cabem nesta categoria. Outra tese de Doutoramento em que também se abordou a questão com grande profundidade é a de Joana Cunha Leal, intitulada *Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa, da cidade pombalina à cidade liberal* (2005), que apresenta um inventário significativo de edifícios, estabelecendo bases teóricas valiosas para a sua problematização.

Destaca-se por fim o artigo de Hélder Carita, intitulado “Paço, solar, sobrado, palácio e palacete: nomenclaturas da casa senhorial da Idade Média ao século XIX”, publicado nas actas do *IV Colóquio internacional, A casa senhorial: anatomia dos interiores* (2017), no qual este arquiteto e historiador nota que foi no final do século XIX que o termo “palacete” adquiriu “maior expressão”, mas “convivendo sempre com palácio, que permanece como o termo comum para designar as casas de maior grandiosidade e impacto visual, afectas à grande nobreza ou a grandes fortunas” (Carita, 2017: 255-256).

HISTORIANDO A PALAVRA “PALACETE”

Há registo do uso da palavra “palacete” desde o final do século XVIII, mas o termo só foi adotado pelos dicionários perto de um século depois. De facto, no *Vocabulário* de Bluteau (1638-1734), surge apenas a palavra palácio, de que se propõem diversas etimologias, dizendo: “Palacio propriamente se diz das casas dos Reys, & Principes, & permissivamente dos sumptuosos, & magnificos domicilios dos senhores grandes (...)”

(Bluteau, 1720: 190). Em 1789, no *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva* (1755-1824), diz-se que “Palacio” designa uma “casa grande, e nobre, de boa traça, e bons edificios” (Silva, 1789: 148). Assume-se assim uma ligação do palácio à alta nobreza, a que se associa a uma dimensão igualmente imponente do edifício.

Pelo que pudemos apurar, uma das primeiras ocasiões que a palavra “palacete” surge registada por escrito, foi não num dicionário, mas nas *Recordações de Maio de 1747 a 1810* de Jácome Rattón (1736-1820) publicadas em 1813, referindo-se ao palácio do rico negociante Domingos Mendes Dias (f. 1801)¹, na Horta Seca:

A Reinaldo Manoel [1731-1791] succedeo em architecto da Cidade, e da Casa Real, Manoel Caetano, se me não engano, que ouvi ter sido canteiro²; e tinha algumas luzes de dezenho, sem com tudo possuir os estudos da arte de architectura, nem a disposição natural para isso, como provaõ as obras, que dirigio como architecto; entre as quaes especificarei a Igreja da Incarnação de frente do Loreto [...]; a casa do Manteigueiro na rua da Horta seca, chamada por seu dono Domingos Mendes, Palacete [...] (Rattón, 1813: 226).

Este trecho tem sido várias vezes citado a propósito do termo palacete, sendo para já de assinalar alguns aspectos importantes: 1) Domingos Mendes não é membro da nobreza, mas sim um “comerciante de manteiga, que ao tempo era usada como cara sobremesa” (Pinheiro, 1989: 45); 2) é o próprio Domingos Mendes que, supostamente, chama a sua casa de “palacete”; 3) Rattón introduz uma apreciação pejorativa que se relaciona com o facto de não considerar o arquiteto do edifício com qualificações para exercer essa profissão, o que, aliás, é falso. Ao referir-se a esta questão, Joana Cunha Leal menciona que a crítica de Rattón a Manuel Caetano se prende com uma disputa entre esse arquiteto e José da Costa e Silva (1747-1819), sendo este último apreciado por Rattón (Leal, 2005: 335)³. Na verdade, a acusação era assaz injusta, pois o Palácio do Manteigueiro é um edifício relevante para a história da arquitectura residencial lisboeta. A questão que fica é a da conotação negativa ligada à palavra palacete que tenderá a perdurar, mesmo nos dias de hoje. Outra questão que devemos aqui abordar é que, num pedido para estabelecer um Morgado (1800), Domingos Mendes designa a sua casa como “Palacio Nobre”⁴, o que demonstra que ele assim o consideraria, pelo menos para efeitos oficiais.

Mas voltando ao uso da palavra “palacete”, a segunda vez que deparamos com ela, por escrito, foi nas *Memórias* do pintor Cirilo de Volkmar Machado (1748-1823), onde este descreve a obra do arquiteto José da Costa e Silva em Runa, iniciada em 1792, por ordem da infanta D. Maria Francisca Benedita (1746-1829): “Hum Palaceto para habitação de S.A.R., e no centro a Igreja [...]” (Machado, 1823: 237). É interessante aqui a associação de habitação real com palacete, permitindo concluir com clareza que o uso do termo prende-se sobretudo com as dimensões do edifício. Mas também é significativo o uso de “palaceto” e não “palacete” - pois “palaceto” está foneticamente mais próximo da palavra italiana “palazzetto”, associada por exemplo ao Palazzetto Zuccari (séc. XVII, Roma), tratando-se de uma possível ligação à arquitectura italiana que deverá ser explorada no futuro.

O primeiro dicionário onde encontramos a palavra palacete foi o *Diccionario tecnico e historico de pintura, esculptura, architectura e gravura* do escultor Francisco de Assis Rodrigues (1801-1887): “Palacete ou Palaceto, s.m. dimin. de palacio” (Rodrigues, 1875: 280). É sintomático que se trate de um dicionário especializado em arte e escrito por um artista, sendo de assinalar que o autor cita o trecho das *Memórias* de Cirilo de Volkmar Machado, que atrás mencionámos. No final do século XIX, num dicionário mais generalista, encontramos de novo a palavra “palacete”. Trata-se da 4.ª edição do *Diccionario prosodico de Portugal e Brazil* de António José de Carvalho e João de Deus (1830-1896), de 1890⁵, onde temos palacete definido como “casa apalaçada, pequeno palacio” (Carvalho et al., 1890: 657). Neste caso, o termo já aponta uma tipologia que é mais do que apenas um grau diminutivo do substantivo palácio, assumindo-se como um tipo específico de edifício que se distingue pela sua dimensão.

Sendo palacete definido como diminutivo de palácio ou pequeno palácio, devemos entender como se definia palácio pelos mesmos autores. No dicionário

1 Sobre Domingos Mendes Dias e este palácio, cf. Ferreira, 2019, 17-42. Ver ainda, sobre Manuel Caetano de Sousa e o mesmo palácio: Pinheiro, 1989: 45 e ss. e Leal, 2008.

2 Sobre este arquiteto e sua formação, que terá sido feita com o pai, Caetano Tomás, ver: Pinheiro, 1989: 26 e ss.

3 Nesta dicotomia entre os dois arquitetos também se deve recordar que Manuel Caetano é ainda representativo do tardo-barroco, enquanto Costa e Silva já propõe valores neo-clássicos. Cf. Pinheiro, 1989: 24.

4 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Maria I - Próprios, L.º 42, fls.77-79. “Domingos Mendes Dias, Negociante da Praça de Lisboa Provisão para se vincularem em Morgado regular todos os bens, foros, padrões declarados”, fl. 77. O pedido data de 31 de Março de 1800. In Ferreira, 2019, 21-24.

5 A primeira edição data de 1877 e foi publicada por Pacheco e Barbosa.

de António José de Carvalho, o palácio era descrito como “habitação real ou nobre; edificio grandioso” (Carvalho et al., 1890: 657). No dicionário de Francisco Assis Rodrigues associa-se o palácio ao personagem que o habita, separando “palacio real, pontifical, episcopal, ducal, etc.”; e assumindo que “Cada um d’estes edificios demanda um genero de architectura especial, que deve conformar-se ás diferentes condições dos personagens que os habitam,

e ás circunstancias e fins da sua destinação” (Rodrigues, 1875: 280-281). Ou seja, há dois aspectos a serem considerados: grandiosidade do edificio e caracterização sócio-cultural do proprietário. É, nesse sentido, que acrescentamos a definição de palácio no *Elucidário* de Viterbo: “Antigamente se deo este nome não só à casa, ou residencia do Rei, mas tambem á casa de qualquer vassallo, com tanto que fosse nobre e honrado [...]” (Viterbo, 1865: 134).

FONTES EPOCAIS

No dicionário do lexicólogo António de Moraes Silva (1755-1824), encontramos o termo “palacete” na 10.ª edição, “rev. corrig. muito aum. e actualizada” de 1949-1959, dos filólogos Augusto Moreno (1870-1955), Cardoso Júnior (1884-1969) e José Pedro Machado (1914-2005). Numa entrada relativamente desenvolvida lê-se que palacete é um palácio pequeno, sendo o termo ilustrado por citações dos escritores Fialho de Almeida (1857-1911) e Júlio Dantas (1876-1862). A entrada assemelha-se à da *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* (Vol. XX, 34), onde se trazem outras duas citações, d’*Os Maias* (1888) de Eça de Queirós (1845-1900) e de *Duas horas de leitura* (1858) de Camilo Castelo Branco (1825-1890). Destes exemplos, iremos apenas explorar os casos de Eça de Queirós e Júlio Dantas.

N’*Os Maias* de Eça de Queirós surgem dois palacetes, ambos imaginados pelo escritor, um em Benfica, o outro em Arroios. O de Benfica, longe do centro de Lisboa, era descrito como uma “morada quase histórica”, sendo a casa onde o personagem Afonso da Maia vivera na juventude e depois de casar, isto é, datando talvez do início do século XIX ou mesmo do século anterior. Cerca de 1824, foi objecto de obras, tendo sido plantados “arvoredos” (Queirós, 1888: I, 15). O outro palacete situava-se em Arroios, mais perto do centro da cidade. Era a morada da futura mulher de Pedro da Maia, Maria Monforte e do seu pai. Era um palacete que fora alugado a uma família de nome Vargas, e que foi depois morada do casal Pedro e Maria. Da arquitectura destes dois palacetes pouco se sabe. No de Benfica, depreende-se que existia uma “livraria”, com “altas estantes”, que ficava no andar

superior, visto que tinha uma varanda onde roçavam os “ramos de uma alta árvore” (Queirós, 1888: I, 37). Do de Arroios, sabe-se que tinha uma sala de bilhar, onde Maria batia “à carambola francesa D. João da Cunha, o grande taco da época” (Queirós, 1888: I, 44).

Além destes palacetes, Eça refere, já no fim do romance, que “no escuro bairro de S. Vicente e da Sé”, havia “palacetes decrepitos, com vistas saudosas para a barra, enormes brazões nas paredes rachadas, onde entre a maledicencia, a devoção e a bisca, arrasta os seus derradeiros dias, cachetica e caturra, a velha Lisboa fidalga!” (Queirós, 1888: II, 515). Na verdade, os edificios que hoje apelidamos de palacetes situavam-se maioritariamente na zona ocidental de Lisboa. Como observou José-Augusto França, na época que este historiador designa como romântica, em que o fenómeno do palacete tem maior expressão, as zonas eleitas para a habitação nobre eram São Francisco, Rato, Passeio Público e Lapa: “cidade aristocrática de então, antes do rompimento das avenidas” (França, 1990: I, 360). Daqui se depreende que o termo palacete é usado por Eça de modo bastante livre, aplicando-se a velhos palácios mais ou menos arruinados e não ao que hoje chamamos de palacetes. Noutros romances do mesmo autor surgem outros casos de palacetes, como um de “um andar só” na Rua de S. Bento, pertencente à Srª Baronesa de Paradas (n’*A Capital*, 1925). No *Conde de Abranhos*, não se fala num palacete, mas sim na “casa apalaçada do Desembargador Amado” (Queirós, 1925).

Para finalizar, iremos observar as referências de Júlio Dantas, no livro *Espadas e rosas*, onde há dois contos

que aludem a palacetes. No conto “Psicologia da Ingratidão”, temos um “pequeno palacete” com “jardim, rés-do-chão, primeiro andar”, em “estilo inglês, a Buenos Aires” – isto é, na Lapa. Tinha um “pequeno hall, um salão Luiz XVI, verde-malva e oiro, com um teto de Amôres de Gustavo Jaulmes (1873-1959), uma sala-de-música, um *smoking-room* árabe” e uma sala de bilhar (Dantas, 1919: 123-128). O outro palacete surge no conto “A Arte de ser Feliz”. Trata-se de uma história passada cerca de 1890. Os seus proprietários eram a filha dos barões de V. e o seu marido, “educado em Inglaterra”,

que “tinha uma situação de destaque na alta finança”. Era uma casa com dois andares, em S. Sebastião da Pedreira, “com todas as elegâncias modernas (...) e um admirável tecto de Albert Besnard [1849-1934], – três Amores dançando numa chuva de rosas” (Dantas, 1919: 79-84). Apesar destas histórias não serem necessariamente reais (a primeira é, aliás, contada como um relato de um sonho), sendo pouco provável que existissem tectos pintados por Albert Besnard⁶ em Lisboa, não deixam de apresentar um certo tipo de ideal de luxo e de conforto a que aspiravam os possuidores de palacetes.

CRONOLOGIA E PROPRIETÁRIOS

Segundo José-Augusto França, o palacete é sobretudo um “fenómeno” do século XIX (França, 1990: I, 350), datando o início da sua edificação na década de 40, associando-se à “ordem cabralista”, mas ressalvando que foi com a “Regeneração fontista” que teve maior alento, sendo os períodos de maior produção os anos 60 e 70 do século XIX (França, 1990: I, 360). No entanto, os primórdios podem ser encontrados ainda no final do século XVIII e é nesse sentido que Raquel Henriques da Silva considera o palacete como um tipo de edificação aristocrático-burguesa, que tem como “primeiro elo” o Palácio Quintela-Farrobo, na Rua do Alecrim (Silva, 1997: 11). Nos *Livros da décima de arruamentos* de 1793, este mesmo edifício é referenciado como “palacete” (Silva, 1997: 88), mas, posteriormente, há medida que o próprio edifício foi sendo engrandecido e enobrecido, passou a ser designado de palácio. Na sua tese de Doutoramento, Joana Cunhal Leal também coloca o início dos palacetes no fim do século XVIII, sendo um dos primeiros exemplos o Palacete das Laranjeiras (Rua de S. Pedro de Alcântara), edificado em 1798 pelo Desembargador José Pereira de Sousa Peres (Leal, 2005: 324).

O ponto em comum, que deverá ser um indicador para a caracterização dos palacetes, é o facto de estes estarem fortemente ligados à ascensão da burguesia,

o que, de facto, tem início com a queda do Antigo Regime desde o final do século XVIII. As menores dimensões dos palácios (e palacetes), a partir dessa época, resulta em grande medida das alterações nos estilos de vida dos seus encomendantes e proprietários. Enquanto os palácios anteriores eram construídos por membros de grandes casas senhoriais, destinando-se a ser símbolos de poder e “a albergar uma numerosíssima clientela”⁷ (França, 1990: I, 349), os palacetes tinham sobretudo um valor residencial e destinavam-se maioritariamente à família nuclear:

é menos sólido, visa menos uma eternidade familiar [...]. Morada de famílias rapidamente feitas, com títulos nobiliárquicos improvisados, e dados numa só vida, cobrindo fortunas recentes [...], o palacete tem um aspecto superficial – e o gosto com que é traçado é superficial também, e hesitante (França, 1990: I, 350).

Importa notar que a análise de França tem correspondência com a de Carita, que, ao comparar palácio e palacete, diz que o último “tem tendência para ser mais gracioso e de menores dimensões, incorporando valores mais circunstanciais, da ordem da moda e do gosto efémero, ou mesmo de uma certa ostentação, mais próprios de um indivíduo em trajectória de ascensão ou afirmação social” (Carita, 2017: 255-256).

6 Paul-Albert Besnard(1849-1934) foi um pintor académico, influenciado pela corrente impressionista, que se destacou no retrato e pintura decorativa, tendo decorado o anfiteatro de Química da Sorbonne e salas do Município e do Petit Palais parisienses. Ver, por exemplo: Emmanuel Fougerat, s/d.

7 No período setecentista, a noção de privacidade abrange não só a família nuclear, mas também parentes, protegidos e criados, com divisões partilhadas (cf. Leal, 1996, 68).

EXEMPLOS DE PALACETES DE LISBOA

Neste ponto, iremos analisar os palacetes que assim foram designados na obra pioneira de José-Augusto França: *A arte em Portugal no século XIX* (1990)⁸. No primeiro volume, este autor aborda a questão dos palacetes num capítulo intitulado “Palácios, palacetes e solares”, que trata sobretudo de Lisboa e do Porto. Os palacetes referidos por este historiador são, por ordem cronológica: o Palacete Santiago Prezado⁹ (em Santa Catarina, que remonta ao século XVIII e remodelado em 1856, por ordem de Sebastião José de Freitas Júnior); o Palacete Fontalva, no Largo de São Mamede, de António Lopes Ferreira dos Anjos¹⁰ (1815-1879) (1856); o palacete do “africanista visconde de Bessone (Ferragial)” (Tomás Maria Bessone, 1815-1877), em São Francisco (1856) (fig. 01); o Palacete de José Maria Eugénio (1811-1872), em São Sebastião (1859); o Palacete Iglésias, em São Francisco (1859); o Palacete de Alfredo da Silva, em Santa Catarina (mandado construir pelo industrial José Pedro Colares Pereira, em 1862); “ou outro, ao Príncipe Real, pela mesma altura” – que talvez seja o Palacete Barão de Santos (1862); o Palacete do Visconde de Loures, Ângelo Francisco Carneiro (1837-1870), na Rua Ivens (1865); e o “palacete severo mas elegante” de Policarpo José Lopes dos Anjos (1820-1909), no Príncipe Real (1874). França menciona ainda um “edifício, a S. Pedro de Alcântara, pesadão mas com qualidade arquitectónica, ou outro, às Chagas, com suas janelas de meia volta ornamentadas” (França, 1990: I, 358), que poderão ser o Palacete dos Condes de Tomar (1835) e o Palacete de Gaspar José Viana (1781, remodelado em 1861). Noutro capítulo, refere o palacete do capitalista Ribeiro da Cunha (1805-1883), no Príncipe Real (1877) (França, 1990: 353-360 e 389).

De comum nestes edifícios é o facto de pertencerem a membros da alta burguesia (ligados ao grande comércio) e proprietários industriais, muitos deles nobilitados. A maioria dos edifícios localiza-se numa área que vai de Santa Catarina, passando pelo Chiado, Chagas, continuando para S. Pedro de Alcântara, Príncipe Real e Rua

da Escola Politécnica. Fora deste circuito fica o Palacete de José Maria Eugénio, em São Sebastião. A cronologia de construção estende-se entre 1835 e 1877, mas a maioria é dos anos 50/60, existindo muitas remodelações de casas anteriores. Arquitetonicamente, trata-se de facto de edifícios com dimensões mais pequenas que as dos palácios. Cingindo-nos às fachadas principais (por uma questão de simplificação da actual análise), há semelhanças entre eles: portal (ou portais) sobrepujado por balcão; sacadas no piso nobre; enobrecimento conferido pela presença de cunhais, pilastras e emolduramento dos vãos; remate de platibanda, mais ou menos ornamentada, por vezes interrompida por frontão (geralmente triangular). É de realçar que esta composição arquitetónica confere imponência aos edifícios, o que os separa das casas unifamiliares comuns. De reter ainda, a cronologia que parte de 1835, mais tardia relativamente à que fora proposta por Raquel Henriques da Silva e Joana Cunha Leal.

Para a fase final do século XIX (no segundo volume da mesma obra de José-Augusto França, que começa em 1880), são nomeados outros palacetes. Por ordem cronológica: o Palacete Conceição e Silva, do industrial Francisco da Conceição e Silva (1852-1911) (1891, Avenida da Liberdade) (fig. 02); o Palacete Lambertini (1901); o palacete do capitalista Henrique de Mendonça (1864-1942) (1902) e o Palacete Leitão (1904); o Palacete Sotto-Mayor (1906); o de Josefina Clarisse Duprat de Oliveira, Viscondessa de Valmor (1840-1910) (1906); e o palacete da Avenida Fontes Pereira de Melo, de José Maria Marques (1914). Acrescem dois edifícios posteriores, entretanto demolidos, que França apelida de “caricaturas do género”: o Palacete Monte Real (1917) e Palacete do Campo Grande (c. 1923), em estilo neo-manuelino (França, 1990: II, 334). Há também o Colégio Académico, que França designou como “Palacete-colégio na Av. da República” (1904) (França, 1990: II, 183).

Os proprietários dos edifícios continuam a ser, de um modo geral, membros da alta burguesia, mas há uma

8 Noutras obras, este autor menciona outros palacetes, sendo o caso do livro *Monte Olivete, minha aldeia*, de 2001.

9 Nome que se refere ao poeta João Santiago Prezado (1883-1971), que foi seu proprietário em 1939. Ainda antes, em 1910, o edifício fora adquirido por João Lobo de Santiago, Conde de Verride desde 1901.

10 O filho, Alfredo Ferreira dos Anjos (1860 - 1926), que seguiu a carreira diplomática, foi feito Conde de Fontalva, em 1896.

menor presença de titulares. Os palacetes analisados por França são, na maioria, do início do século XX (e até 1923), com excepção para o Conceição e Silva. A localização é agora sobretudo as Avenidas Novas (eixos das avenidas Marquês da Fronteira, Fontes Pereira de Melo e República). Mais para Sul, ficam os palacetes na Avenida da Liberdade (Conceição e Silva e Lambertini), mas, genericamente, todos estes edifícios marcam o avanço da cidade para Norte. Na composição das fachadas já se nota um maior investimento decorativo, com maior liberdade na articulação dos elementos arquitectónicos, o que se verifica, com

superior qualidade, na “notável fachada” do Palacete Valmor (França, II, 1990, 181).

Importa salientar que o Palacete Valmor é uma casa desenhada pelo arquiteto Ventura Terra (1866-1919), assim como o Palacete Mendonça. Neste artigo não iremos abordar os arquitetos autores dos palacetes, mas importa reter, pela importância, o nome de Ventura Terra, como um dos principais desenhadores de palacetes para a época entre 1880 e o início do século XX; e o de Giuseppe Cinatti (1808-1879), para o período anterior, sendo exemplo os palacetes Bessone, Iglésias e Anjos.



Fig. 01 Palacete de Tomás Maria Bessone, Visconde de Bessone (Ferragial), 1856, Giuseppe Cinatti (1808-1879); Rua Vitor Cordon, n.º 1 a 1H, Lisboa (fot. de Margarida Elias).



Fig. 02 Palacete Conceição e Silva, 1891, Henri Lusseau; Avenida da Liberdade, n.º 226 e 228, Lisboa (fot. de Margarida Elias).

CARACTERIZAÇÃO DOS PALACETES

Para uma definição do termo palacete, devemos lembrar a proposta que Joana Cunha Leal trouxe para esta problemática, de modo a poder distinguir “o universo dos palacetes”, estabelecendo “uma série de *requisitos mínimos* à indexação de uma morada unifamiliar na categoria de *palacete*”. Para esta historiadora, esses requisitos foram:

1) a construção de pelo menos dois pisos, numa largura forçosamente superior a quatro vãos; 2) a existência de um portal, ou portais, bem demarcados na composição geral do edifício (não é forçoso que seja um portal central, nem que tenham uma carga decorativa acentuada, uma vez que (...) a nobilitação dos portais pode ser conseguida através do tipo de revestimento utilizado no piso térreo à maneira de Palladio); 3) a existência de um piso nobre igualmente demarcado, pontuado em regra pela abertura de sacadas e pela presença de balcões que jogam frequentemente uma ligação ao(s) portal(is) por via da inscrustação de mísulas; 4) o assumir de uma função estritamente residencial (Leal, 2005: 543-544).

Um exemplo dado por esta historiadora é o Palacete dos Marqueses de Pombal (c. 1801, na Rua das Janelas Verdes), onde há uma “substancial redução de escala com que apropria o padrão da habitação palaciana”, sendo a matriz “condensada à largura de apenas seis vãos” (Leal, 2005: 334). Este palacete foi mandado edificar pelo negociante e armador José António Pereira a partir de um núcleo arquitectónico previamente existente, do início da década de 1760. Trata-se de um edifício com dois pisos na fachada principal, sendo esta tripartida, com o corpo central sobreposto por frontão triangular com brasão. O piso nobre tem janelas de sacada, com varanda, mais saliente no corpo central. Ao nível dos interiores, destaca-se a rica decoração de estuques e, sobretudo, uma série de frescos atribuídos a Pillement (1728-1808), que datam provavelmente da época da pré-existência (Leal, 2005: 325-326).

As caracterização das fachadas dos palacetes sugerida por Joana Cunha Leal, bem como o exemplo acima citado do Palacete dos Marqueses de Pombal, correspondem a uma tipologia de edifício que se encontra num projecto de palacete, datado de 1864 (MNAA

des. N.º 1703), do arquiteto José da Costa Sequeira (1800-1872), professor da Academia de Belas-Artes de Lisboa: três corpos, frontão triangular (com espaço para o brasão de armas), grinaldas e vasos para plantas na platibanda, que José-Augusto França diiz ser uma “verdadeira morada de “brasileiros” (França, 1990: I, 361-362).

Ao longo do século XIX os edifícios classificados como palacetes foram-se alterando, mas continuaram a poder enquadrar-se nos “*requisitos mínimos*” propostos por Joana Cunha Leal. A evolução foi sobretudo de ordem estilística e, nesse sentido, o frontão tendeu a desaparecer, cedo substituído pelo remate em platibanda ou mansarda. A presença do brasão familiar, no frontão ou no portal, tornou-se mais rara, para o que terá contribuído o facto de este elemento ter passado a ser taxado em 1887, por um tributo que “atingiu todos os titulares e os donos de edifícios ostentando pedras de armas” (Vasconcelos, 2003: 78). O recorte das molduras dos vãos, começou por ser de verga recta, passando pela volta perfeita, em meados do século, logo avançando, para desenhos revivalistas e ecléticos. Aliás, este tipo de ornamentação, que inicialmente era sobretudo utilizada nas “zonas de recreio” de Sintra e Benfica (Leal, 1996: 78-79), foi ganhando visibilidade dentro dos limites de Lisboa, começando com o Palacete Fontalva e, depois, o Ribeiro da Cunha. À medida que se avança para o século XX, há uma maior influência do estilo francês *Beaux-Arts*, exemplificado nos palacetes de Ventura Terra.

Os primeiros palacetes tendiam a apresentar fachadas relativamente pouco ornamentadas, guardando-se o investimento decorativo para o interior, nomeadamente no piso nobre e áreas de recepção, existindo uma clara hierarquização dos espaços, separando o público e o privado. Este tipo de valorização do interior em detrimento do exterior tem raízes na tradição palaciana portuguesa mais antiga (Leal, 1996: 68). Deste modo, a nobilitação do edifício vem também pela ostentação e o conforto ao nível dos interiores, sendo que ao conforto se liga cada vez mais o investimento na higiene, nomeadamente pela presença de casas de banho. Voltando à questão da hierarquia dos espaços, é de destacar a importância do átrio de entrada, que sendo o primeiro momento de acesso ao edifício, é

também bastante ornamentado. A seguir a ele temos a escadaria principal, que é um dos elementos mais valorizado (desde o século XVIII), contribuindo para marcar essa hierarquia, sobretudo quando conduz aos salões de recepção (Leal, 1996: 69). Na verdade, em alguns palacetes, sobretudo mais tardios, o piso nobre passou a ser utilizado para o usufruto privado, sendo as salas de recepção situadas no piso térreo. É de destacar a utilização de azulejos, estuques e pinturas parietais, que complementavam a sensação de riqueza. Os temas decorativos tendem a traduzir os interesses dos proprietários, sendo muitas vezes alusivos à função de cada sala.

Dentro do gosto eclético que marcou o fim do século XIX e início do XX, devemos referir a influência da arquitectura italiana. Na revista *Construção moderna* aparecem três exemplos de palacetes italianos, que, apesar de serem fora de Portugal, devem ser considerados. No n.º 365 (5 de Março de 1912), surge o *Palacete da sr.ª Bozzini Luzzato*, sito em Gorizia (Itália), do arquiteto Gerolamo Luzatto (1876-1953) e, pouco depois (n.º 368, 20 de Abril) foi publicada uma notícia sobre o Palacete Marzoni-Corsini, em Turim, do engenheiro Carlo Angelo Ceresa (1870-1923). Outro caso citado nesta revista é o Palacete do advogado Virginio Bassani, em Borgo Trento (Verona), com desenho do arquiteto Ettore Fagioli (1884-1961) (n.º 372, 20 de Junho), em “estilo mourisco italianizado”. Destes exemplos, importa realçar o paralelismo com os edifícios de Lisboa do mesmo período, igualmente apelidados

de palacetes, correspondendo a volumes de pouca largura, diferentes quer dos palácios do Antigo Regime, quer dos palacetes registados até meados de oitocentos. Em Lisboa, o único edifício classificado como palacete que surge na revista *Construção Moderna* é o de Henrique de Mendonça (no n.º 361 de 5 de Janeiro de 1912). Outros edifícios, hoje designados por palacete, eram, na época, pelo menos nesta revista, ditos como casas, como o Palacete da Viscondessa de Valmor (no n.º 307, de 20 de Outubro de 1909).

Na mesma revista surge um projecto de palacete do arquiteto Alfredo Coffino (n.º 387, 10 de Fevereiro de 1913)¹¹. Composto por dois andares, apresenta uma planta rectangular, remetendo para o piso inferior a cozinha e a sala, para o superior os quartos e biblioteca. Apesar de o portal de entrada se situar no centro da fachada, a distribuição e formato dos restantes vãos assumem uma organização assimétrica, acentuada pelo volume do salão, mais saliente do lado esquerdo. Este edifício poderia ser visto como uma simples moradia (ou vivenda), diferenciando-se do modelo de palacete que Costa Sequeira desenhou em 1864, o que se nota na ausência do eixo portal-sacada, ou na diluição da hierarquização exterior entre os pisos. Não deixa de ser significativo o facto do palacete apresentar coberura com telhado visível, o que acentua a semelhança a uma casa comum – indicando que a distinção de palacete, entendido como edifício nobre, apesar de menores dimensões, estava prestes a desaparecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante os dados que pudemos apurar, desejamos apresentar um contributo para a definição de palacete. Assumimos que a definição que sugerimos está aberta a investigação futura, nomeadamente através de estudos comparativos com outros casos, quer em Portugal, quer no estrangeiro, nomeadamente e sobretudo em Espanha e na Itália. Com os dados de que dispomos, a nossa proposta está sobretudo ancorada no modelo

definido por Joana Cunha Leal, que consideramos válido mesmo para o período posterior ao que foi estudado por essa historiadora (anos 70 do século XIX).

Para o diferenciar do palácio, teremos de levar em linha de conta a cronologia, que não deverá ser anterior ao final do século XVIII¹², nem posterior ao primeiro quartel do século XX. Os proprietários destes edifícios

11 Sobre este arquiteto, cf. López Bernal, 2017: 13-27.

12 Noutro contexto, o historiador Vítor Serrão apelida de palacetes alguns edifícios traçados por Manuel Pinto de Vilalobos (f. 1734), o que se deve sobretudo à sua dimensão. Cf. Serrão, 2003: 147.

são elementos chave para a compreensão deste tipo de casas, pois não só é importante o estatuto social (ligado à alta burguesia), como a ligação à família nuclear se reflecte na busca da privacidade e do conforto, em detrimento da dimensão¹³.

Poderemos sugerir alguns subtipos de palacete, que iremos dividir sobretudo de modo cronológico. No primeiro subtipo temos os edifícios anteriores à Monarquia Constitucional, de tamanhos variáveis e que, muito embora fossem propriedade de membros da alta burguesia (nobilitada), apresentavam geralmente uma monumentalidade que os ligava aos palácios de Antigo Regime – caso do Palácio Quintela. É neste sentido que julgamos que deve ser interpretado o texto de José-Augusto França, quando refere que o Palácio Ceia (1760-1762, Rua da Escola Politécnica), o Quintela e o do Manteigueiro eram os últimos da “espécie palatina” (França, 2001: 75). Para esta cronologia, o termo palacete deverá guardar-se apenas para edi-

fícios significativamente menores, como o Palácio dos Marquês de Pombal.

Temos depois os palacetes propriamente ditos, que podemos apelidar de palacetes românticos, datados entre os anos de 1836-1879. Ainda apresentam algum nível de grandiosidade, mas com menores dimensões. O subtipo seguinte será o dos edifícios entre 1880-1910, que é o dos palacetes da Belle-Époque, geralmente mais pequenos que os anteriores e com um maior investimento decorativo ao nível das fachadas. Por último, poderemos acrescentar os palacetes posteriores a 1910, construídos após a queda da Monarquia, mas ainda espelhando os seus valores estéticos e sócio-culturais. São edifícios que se encaixam na caracterização de palacete e dificilmente os entenderíamos como uma casa comum – de que é exemplo do palacete do Duque de Lafões (fig. 03), na Rua dos Anjos, com projeto de 1914, mas só concluído em 1921. Com brasão na fachada, expressa um tempo que já tinha terminado (ou estava a terminar).



Fig. 03 Palacete do D. Caetano de Bragança, Duque de Lafões, 1921; Rua dos Anjos, n.º 82-82ª, Lisboa (fot. de Margarida Elias).

13 Por uma questão de simplificação, sugerimos que a área de implantação no terreno, do edifício, seja forçosamente inferior a 1300 m², o que corresponde, *grosso modo*, ao Palacete de José Maria Eugénio. Note-se que o vizinho e posterior Palacete Mendonça tinha cerca de 600 m². Em contraste, o Palácio Foz já tem cerca de 1800 m² e o Palácio Real da Ajuda cerca de 12600 m². Contudo a dimensão não deverá ser o único factor de caracterização, visto que o imponente Palácio Palmela, “único exemplo de uma morada palatina de grande estilo criada ao longo do século XIX” (França, 2001, 83), tem apenas c. 634 m² de área. Estas medições foram realizadas através do site Lisboa Interactiva [<https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>].

REFERÊNCIAS

- AA. VV. – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Vol. XX. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d..
- BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário português & latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1720.
- CARITA, Hélder – “Paço, solar, sobrado, palácio e palacete: nomenclaturas da casa senhorial da Idade Média ao século XIX”. *IV Colóquio internacional, A casa senhorial: anatomia dos interiores*. Universidade Federal de Pelotas, 2017, pp. 243-259.
- CARVALHO, António José de, DEUS, João de – *Dicionário prosódico de Portugal e Brazil* (4.º ed.). Porto e Rio de Janeiro: Lopes & C.º, 1890.
- Construção moderna*, anos de 1907, 1909, 1911, 1912 e 1913. Em: http://ric.slihi.pt/A_Construcao_Moderna/revista (Acesso: 26 de Maio de 2022).
- DANTAS, Júlio – *Espadas e rosas*. Lisboa: Sociedade Editora Portugal-Brasil, 1919.
- FERREIRA, Sílvia – “O palácio e oratório setecentistas de Domingos Mendes Dias, ao Chiado. Idealização e construção de uma obra modelar na cidade de Lisboa”. PESSOA, Ana et al. (coord.), *Actas do V Colóquio internacional, A casa senhorial: anatomia de interiores*. Fafe: Município de Fafe, 2019, pp. 17-42.
- FOUGERAT, Emmanuel – *Albert Besnard (1849-1934)*. Chantreaeu: Innothèra Laboratoire, s/d.
- FRANÇA, José-Augusto – *A arte em Portugal no século XIX*, Vol. I. Lisboa: Bertrand Editora, 1990.
- _____ – *A arte em Portugal no século XIX*, Vol. II. Lisboa: Bertrand Editora, 1990a.
- _____ – *Monte Olivete. Minha aldeia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- LEAL, Joana Cunha – *Giuseppe Cinatti (1808-1879), percurso e obra*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1996. 2 vols. (Tese de Mestrado). Em: <https://run.unl.pt/handle/10362/64933> (Acesso: 26 de Maio de 2022).
- _____ – *Arquitetura privada, política e factos urbanos em Lisboa, da cidade pombalina à cidade liberal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005. 2 vols. (Tese de Doutoramento).
- _____ – “Os interiores do palacete da rua da Horta Seca e a líbido ostentatória de Domingos Mendes”. TAVARES, Cristina Azevedo et al. (coord.), *Arte & Eros*. Lisboa: Ciclo de conferências do Grupo de Ciências e Teorias da Arte, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2008, pp. 190-203.
- LÓPEZ BERNAL, Vicente – “La restauración del teatro Carolina Coronado. Reconciliación de un edificio con la ciudad”. CARMONA BARRERO, Juan Diego et al. (coord.), *Tres centenarios. Teatro Carolina Coronado, Cervantes y Rubén Darío*. Almendralejo: actas de las VIII Jornadas de Historia de Almendralejo y Tierra de Barros, 2017, pp. 13-27
- MACHADO, Cirilo Volkmar – *Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portugueses, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823.
- PINHEIRO, Susana Marta Delgado – *Manoel Caetano de Sousa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989. 3 vols. (Tese de Mestrado).
- RATTON, Jácome – *Recordações de Maio de 1747 a 1810*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1813 (2.º ed. 1920).
- RODRIGUES, Francisco de Assis – *Dicionário tecnico e historico de pintura, esculptura, architectura e gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
- SERRÃO, Vítor - *História da arte em Portugal: O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- SILVA, António de Moraes – *Dicionário da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.
- _____ – *Grande dicionário da língua portuguesa* (10º ed. rev. corrig. muito aum. e actualizada... por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado). S.l.: Confluência., 1949.
- SILVA, Raquel Henriques da – *Lisboa romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997. 2 vols. (Tese de Doutoramento). Em: <https://run.unl.pt/handle/10362/11507?locale=en> (Acesso: 26 de Maio de 2022).
- VASCONCELOS, Francisco de – *A nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos, e frases antiquadas da lingua portugueza*, Tomo II. Lisboa: A. J. Fernandes Lope Editor, 1865 (2.º ed.).

PÁGINA DE INTERNET

Câmara Municipal de Lisboa – *Lisboa Interactiva*. Em: <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi> (Acesso: 26 de Setembro de 2022).